

O discurso da sustentabilidade nas organizações: Um estudo multicaso de grandes empresas

Speech of sustainability in organizations: A multicase study of big corporations

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar as origens do fenômeno de apropriação do discurso da sustentabilidade pelas organizações, e iniciar um processo de compreensão do conceito que respalda as práticas sustentáveis de empresas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental que por meio da análise de cinco relatórios de Sustentabilidade, publicados por empresas brasileiras de grande porte e reconhecidas pelas práticas sustentáveis, busca identificar a similaridade ou divergência no conceito de Racionalidade Ambiental adotado por estas empresas. Com base nos princípios da Racionalidade Ambiental de Leff (2006), conclui-se que há uma carência de racionalidade teórica nos discursos que sustentam as práticas das organizações analisadas. A maioria das ações desenvolvidas pelas organizações tem foco na preservação dos recursos naturais; o tema menos contemplado com práticas sustentáveis propostas pelas organizações foi a prevenção de catástrofes, ficando perceptível a distância entre as propostas de sustentabilidade declaradas pelas organizações analisadas e a teoria da Racionalidade Ambiental proposta por Leff.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável, racionalidade ambiental, discurso.

ABSTRACT

The goal of the article is to identify the strategies of appropriation of the sustainable speech by organizations, and to understand the concept that supports sustainable practices of Brazilian corporations. This is an exploratory research, bibliography and document through the analysis of five sustainability reports published by Brazilian big corporations and recognized for sustainable practices, seeks to identify the similarity or divergence in the concept of Environmental Rationality adopted by these corporations. Based on the principles of Environmental Rationality (LEFF, 2006), we conclude that there is a lack of rationality in theoretical speeches that underpin the practices of organizations analyzed. Most actions undertaken by organizations has focused on preservation of natural resources; least contemplated the theme with sustainable practices proposed by the organizations was disaster prevention, getting noticeable distance between the proposed sustainability organizations declared analyzed and the theory of Environmental Rationality proposed by Leff.

KEY WORDS: Sustainable development, environmental rationality, speech

Heloisa Kavinski

Socióloga, Mestre em Organizações e Desenvolvimento – Centro Universitário Franciscano (FAE).
Curitiba, PR, Brasil
heloisa.kavinski@fiepr.org.br

José Edmilson de Souza-Lima

Pesquisador e docente do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba, PR, Brasil
zecaed@hotmail.com

Sandra Maciel-Lima

Pesquisadora e docente do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)
Curitiba, PR, Brasil
maciellima.sandra@gmail.com

INTRODUÇÃO

O discurso da Sustentabilidade tem sido largamente empregado por organizações em todo o mundo, quase sempre no sentido de apresentar uma saída para a crise do atual modelo civilizatório. Contudo, o conceito de Sustentabilidade ainda permanece vago, assim como sua aplicação, que orienta diversas práticas nem sempre convergentes.

Esse artigo apresenta identificação de como surge historicamente o conceito de Sustentabilidade e como se dá sua apropriação pelas organizações, especialmente focado no discurso das empresas de grande porte no Brasil. Para tanto, utiliza-se da teoria da Racionalidade Ambiental, proposta por Leff (2006), como parâmetro de análise para cinco relatórios de Sustentabilidade divulgados por grandes corporações com sede no país. Na construção do documento, optou-se pela utilização do termo Sustentabilidade pela sua amplitude, englobando nesse conceito também os debates acerca do Desenvolvimento Sustentável.

Ainda neste sentido, o conceito de organização utilizado diz respeito a instituições empresariais, e aproxima-se do proposto por Srour (1992), que as representa como uma coletividade especializada na produção de um determinado bem ou serviço, que combinam agentes sociais e recursos e se convertem em um instrumento econômico. Para o autor, as organizações são planejadas para realização de objetivos determinados e constituem-se em unidades sociais portadoras de necessidades e interesses próprios.

Salienta-se que todo o esforço de pesquisa aqui empreendido buscou responder a uma questão fundamental: Qual é o conceito de Sustentabilidade apropriado por organizações empresariais de grande porte no Brasil?

Parte-se do pressuposto de que as organizações não baseiam suas práticas em teorias solidificadas, e na maioria das vezes, agem muito mais respaldadas por elementos como a orientação de lideranças empresariais e a própria dinâmica gerada pela interação com instituições de representação de classe, na área da Responsabilidade Corporativa, tais como o Instituto ETHOS, O Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE, e o Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável – CEBDS.

Nesse sentido, apresenta-se na primeira parte deste artigo a descrição da trajetória do histórico da sustentabilidade e sua apropriação como base para as práticas empresariais. Na segunda, apresentam-se os aspectos metodológicos que nortearam o presente trabalho. Na sequência, faz-se a análise do discurso de sustentabilidade das grandes empresas a luz da teoria da Racionalidade Ambiental. E, por fim, apontam-se sinergias e lacunas presentes no discurso da sustentabilidade, apropriado pelas empresas pesquisadas, sob a ótica da Racionalidade Ambiental.

DA CAUSA AMBIENTALISTA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atualmente atravessamos uma grave crise de modelos teóricos, para a qual as visões de mundo que pautaram a sociedade são insuficientes. No passado recente, há cerca de 40 anos, já existia alguma consciência de que o mundo atravessava uma fase de transição. Contudo, acreditava-se na emergência de uma etapa mais rica e mais abundante que a anterior. Já nos anos 70, com a entrada da eletrônica e da informática mais efetivamente na vida das pessoas, o futuro começa a ser vislumbrado de forma menos entusiasta e uma

sensação de degradação passa a ser presente (DE MASI, 1999).

Para De Masi (1999), desde então a sensação de “crise” tem aumentado. Não se trata de uma crise de realidade, mas sim do modo de compreendê-la e analisá-la.

Em outros momentos de transição, as organizações sociais também foram abaladas, como na passagem da sociedade rural para industrial. Entretanto, os processos de industrialização aconteceram de maneira mais lenta e quase sempre implicavam em um aumento de renda, de poder de compra e do bem-estar de algumas comunidades.

Percebe-se que nos dias atuais o método mais apropriado para contrapor o modelo civilizatório vigente, que se apresenta ineficaz frente aos novos desafios encontrados, é a proposição de modelos alternativos. Na perspectiva de De Masi (1999, p.76),

Para elaborar os contramodelos, os usuários precisam poder contar com o apoio dos cientistas e dos intelectuais capazes, com sua atividade inventiva, de demonstrar aos dirigentes que não existe apenas a solução imposta por eles, mas que é possível encontrar um número infinito de outras soluções, muito melhores.

Nesse caminho, em meio à forte tendência de globalização, surgiram há algumas décadas algumas visões de mundo que propõem novas alternativas, como a descentralização das decisões – por meio de ações participativas e uma convivência organizada em nível comunitário - com respeito aos limites do planeta. São as correntes teóricas pautadas pela temática da Sustentabilidade, em seu sentido mais amplo – como o Ecodesenvolvimento, proposto por Sachs, e a Racionalidade Ambiental, sugerida por Leff.

Se nos anos 70 estes movimentos surgiram como marginais, no século XXI apresentam-se como centrais nos debates públicos e privados. A temática da Sustentabilidade, que

por cerca de 20 anos foi tratada secundariamente, hoje ilustra sites e relatórios anuais das principais empresas mundiais e é obrigatória nos círculos da Responsabilidade Corporativa, rendendo atributos as marcas e fidelidade do mercado consumidor. E como se deu a migração do discurso da Sustentabilidade de um campo teórico e “marginal” para os espaços empresariais?

É possível perceber que desde o início da história da sociedade ocidental moderna os modos de produção capitalista foram apoiados em práticas predatórias, que geraram grande impacto sobre o meio ambiente e as condições de vida dos seres humanos. Logo após a Segunda Guerra Mundial, o modelo de crescimento adotado revelou-se mais ineficiente, acirrando o desequilíbrio e fomentando que movimentos contestatórios surgissem.

Entretanto, como veremos a seguir, o debate ambientalista e as mobilizações sociais em prol dos direitos humanos sempre ocorreram, variando apenas em seu nível de representatividade e repercussão social.

Em 1788, Gilbert White editava sua obra intitulada *The Natural History of Selborne*, que se tornaria um clássico da literatura inglesa. No livro, o autor, pároco e botânico, expunha sua visão científica da natureza, carregada de emoção e sentimento poético. O escrito seria posteriormente considerado de suma importância para a germinação de idéias ambientalistas entre o grande público (LEIS, 1999).

Quase um século depois, também na Inglaterra (1824), foi fundada a Sociedade de Proteção aos Animais, que atuava na promoção de campanhas contra a crueldade imposta a bichos domésticos. No final do século XIX despontaram na Europa inúmeras organizações com propostas similares, que defendiam direitos de

animais domesticados e selvagens (LEIS, 1999).

Nos Estados Unidos os trabalhos de pesquisadores como George Catlin (1796-1872), Henry Thoreau (1817-1862), George Marsh (1801-1882) e John Muir (1813-1914) influenciaram fortemente o pensamento de governos e sociedade com foco na relação homem e natureza.

Para o cientista Henry Thoreau, o homem deveria extrair o melhor da vida na natureza e da vida civilizada, combinando-as. Para Thoreau, todo conhecimento deveria ser considerado ético e não havia verdadeiro entendimento da realidade caso não estivesse baseado no amor e na simpatia. Assim, a sabedoria do homem de ciência deveria, na concepção do teórico, integrar-se a sabedoria do homem nativo para que fosse possível sentir intensamente o laço que une os organismos no universo (LEIS, 1999).

Em sinergia de idéias, para George Marsh a civilização tinha produzido uma ruptura na harmonia natural do meio ambiente, e o homem havia esquecido-se que a terra teria sido a ele dada para usufruto, e não para consumo. O ambientalista tinha a crença de que o homem poderia aprender com as experiências mal sucedidas do passado, que culminaram, por exemplo, no declínio dos impérios da antiguidade. Para esse autor a preservação da vida justificava-se por questões econômicas e políticas, mas também poéticas e religiosas (LEIS, 1999).

Tão importante quanto o movimento em prol da preservação, cujos representantes foram acima citados, surgia ainda nesse cenário outra corrente de defesa do meio ambiente, denominada conservacionista. Liderado por Gifford Pinchot, este outro grupo de pensadores defendia a possibilidade de uma exploração racional dos recursos naturais.

A força do movimento conservacionista permitiu que suas

idéias fossem disseminadas internacionalmente, e sua proximidade com as lideranças políticas estimulou que em 1909 fosse organizada a Primeira Conferência Internacional sobre Conservação da Natureza, que reuniu representantes do México, Canadá e EUA.

Por decorrência das duas guerras mundiais os ímpetus ambientalistas fortalecidos no início do século XX tiveram que aguardar um novo contexto favorável. Com os governos e a sociedade empenhados em reconstruir cidades e dar condições de sobrevivência às pessoas afetadas pelos conflitos, nos anos 50 coube aos cientistas protagonizarem os debates da causa ambiental.

No pós-guerra a preocupação central dos Estados era a reconstrução econômica e a reabilitação social do mundo, com prioridade para a resolução da fome. Muitos economistas e ambientalistas começaram a perceber que o mau gerenciamento dos recursos naturais era um obstáculo para a solução da crise de alimentos, e aproveitaram a oportunidade para alardear a necessidade de pessoas e governos se preocuparem mais com as relações entre homem e recursos naturais, sob risco de não mais ser alcançada a prosperidade (LEIS, 1999).

Para reafirmar a importância dos cientistas na consolidação do movimento ambiental pós-guerra, em 1949 foi realizada em *Lake Success*, Nova York, a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, que reuniu engenheiros, economistas e ecologistas para tratar de aspectos científicos da conservação de recursos. Na ocasião foram abordadas questões relacionadas à situação global de recursos minerais, combustíveis, energia, água, florestas, terra, vida selvagem, peixes, alimentos e as tecnologias

apropriadas para cada tema em questão (LEIS, 1999).

Em 1968, realizou-se em Paris a Conferência sobre a biosfera que marcou também o despertar ecológico mundial. Como resultado do encontro, foi criado, em 1971 um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio, o *Man and the Biosphere* (MaB). A iniciativa buscava o entendimento das repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. O Programa está em vigor até os dias atuais e promove atividades intergovernamentais e interdisciplinares com o objetivo de conhecer a estrutura e o funcionamento da biosfera e de suas regiões ecológicas, por meio do monitoramento sistemático das alterações sobre a própria espécie humana.

Seguindo o fluxo de consolidação do debate acerca das questões ambientais, em 1968, por iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei, economistas, pedagogos, humanistas e industriais se reuniram com a finalidade de debater sobre a crise então vivenciada e o futuro da humanidade. Denominados de Clube de Roma, o grupo tinha por objetivo examinar os problemas que desafiavam a sociedade, como a pobreza, a degradação do meio ambiente, o crescimento urbano, a perda de confiança nas instituições, a insegurança, a alienação da juventude, a rejeição dos valores tradicionais, as rupturas econômicas, entre outros (ARAÚJO *et al.*, 2006).

O primeiro estudo realizado pelo Clube de Roma, conhecido como *The Limits to Growth*, dirigido por D. Meadows, propunha a análise do andamento combinado de alguns fenômenos de importância vital para a humanidade (CALABRETTA citado por DE MASI, 1999). Como resultado, o estudo comprovou que com apenas a metade da superfície mundial cultivada, como acontece,

cerca de um terço da população mundial continua subalimentada, e o aumento da superfície cultivada exigiria investimentos tão elevados que no momento são considerados 'socialmente' inconvenientes. No entanto, o estudo mostra que o crescimento notável da população conduziria, ainda que na presença de significativos aumentos da produtividade, a uma escassez crônica de alimentos. Também uma eventual produção maciça de alimentos sintéticos está baseada, em última análise, em recursos naturais em grande medida não renováveis que foram consumidos de maneira considerável pelo forte desenvolvimento das últimas décadas (CALABRETTA citado por DE MASI, 1999).

O documento *The Limits to Growth* recebeu críticas, em especial dos países latino-americanos, pela maior importância dada as questões ambientais em detrimento das sociais. Como protesto, a Fundação Bariloche contratou um grupo de cientistas argentinos que fizeram considerações ao Clube de Roma e expuseram sua opinião, condenando a ênfase dada aos limites naturais do crescimento. Para o grupo argentino os verdadeiros problemas estariam nas condições sociais e políticas a que estavam submetidos os países em desenvolvimento (LEIS, 1999).

Para tentar superar as principais limitações do primeiro relatório, em 1974 um segundo relatório foi produzido, desta vez dirigido por M. Mesarovic e E. Pestel. O documento foi publicado na Itália com o nome de *Strategie per Sopravvivere* e buscava uma articulação dos problemas ambientais por áreas geográficas, o que permitia a criação de indicações concretas relativas às diferentes realidades do mundo. Os resultados evidenciam a insuficiência e a estreiteza das atuais políticas nacionais diante dos problemas da humanidade. (CALABRETTA citado por DE MASI, 1999, p.376).

Na seqüência dos dois primeiros relatórios, mais oito foram

publicados. Estes relatórios concluíam que os problemas ambientais eram globais e que a sua evolução acontecia em ritmo exponencial. Nesta linha, existia um consenso científico nos países industrializados a favor da limitação do crescimento da população e da economia, o que se consolidou em uma proposta de Crescimento Zero.

Os autores da proposta de Crescimento Zero eram conscientes do caráter teórico de suas observações, mas tinham interesse em mostrar que o único caminho para evitar o colapso era o equilíbrio. Para estes cientistas, o equilíbrio não era sinônimo de estagnação do progresso, e sim de uma possibilidade de conversão dos modos de produção e consumo, pelo aumento do investimento em atividades que gerariam uma satisfação mais autêntica, como a educação, o esporte, a cultura e as artes, por exemplo.

A década de 1970 foi de suma importância para o debate sobre meio ambiente e a reflexão acerca do modelo de desenvolvimento vigente. Em 1971, *Georgescu Roegen* publicou a obra *The entropy Law add the economic process*, que se tornaria um marco da economia ecológica e das considerações sobre o papel da termodinâmica para o estudo do desenvolvimento e da Sustentabilidade.

Assim como em países da Europa e nos EUA, no Brasil, foi também a partir de meados da década de 1970 que o movimento ambientalista passou a ter maior expressão. Externamente, os ambientalistas brasileiros foram influenciados pela Conferência de Estocolmo (1972) e internamente foram beneficiados pela superação do mito desenvolvimentista e pela formação de uma nova classe média, que ampliava os debates sobre qualidade de vida, nos quais a ecologia encaixava-se bem (JACOBI, 2009).

Também sob influência de um contexto mundial, na segunda

metade dos anos 70 os países em desenvolvimento passaram a sofrer duras críticas dos países do norte, relacionadas à ausência de normas de controle ambiental. Para os brasileiros, as restrições ambientais propostas pelos países de economia estável eram conflitantes com as estratégias de crescimento nacional, fundadas na implantação de indústrias com alto potencial poluente, como a petroquímica, bem como relacionadas à instalação de grandes projetos energéticos, como ocorria nesta época no país.

Em meio a uma ebulição de idéias e movimentos ambientalistas, em 1972 foi celebrada em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que reuniu lideranças de todos os países. Esta foi a primeira iniciativa a aglutinar representantes mundiais de governos para discutir a necessidade de tomar medidas efetivas de controle dos fatores que causavam a degradação ambiental.

A participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável trouxe resultados expressivos. O Secretário Geral do Ministério do Interior, Henrique Brandão Cavalcanti, membro da delegação brasileira, ao retornar ao país, promoveu a elaboração do decreto que instituiu a Secretaria Especial de Meio Ambiente - com a função de traçar estratégias para conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais no país - que começou a operar em 14 de janeiro de 1974 (JACOBI, 2009, p. 7).

Ainda em 1974, Ignacy Sachs publica seu estudo intitulado *Environment and styles of development*, no qual formula o conceito de ecodesenvolvimento, apresentando críticas às relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento e à modernização industrial como método de progresso das regiões periféricas. Para Sachs as regiões da África, Ásia e América Latina

necessitavam de um desenvolvimento autônomo, centrado nas peculiaridades de seus aspectos sociopolíticos e focado nas questões ambientais (SILVA, 2009).

Com ênfase nos aspectos sociais do desenvolvimento, Sachs propunha seis requisitos para o ecodesenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito com outras culturas, f) programas de educação.

Para Sachs, o processo de desenvolvimento deveria levar a um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, que promovesse a diminuição das diferenças sociais e o aumento da qualidade de vida (BENETTI, 2006).

Contudo, mesmo conscientes dos limites naturais e das mazelas sociais geradas pelo modelo econômico vigente, uma década após a Conferência de Estocolmo os países de Terceiro Mundo viram-se ameaçados por graves processos de recessão e inflação, e optaram, novamente, por priorizar a recuperação econômica.

Na mesma via pouco se viu de ações concretas para a diminuição dos impactos ambientais partindo de países símbolo do modelo econômico capitalista.

Na vigência de uma crise econômica que afetaria grande parte do mundo, apesar do aumento da complexidade dos problemas ambientais, teóricos com discursos mais críticos viram-se obrigados a submeter-se aos ditames da globalização econômica. Neste processo flexibilizaram-se às defesas da necessidade de redução do crescimento, ou crescimento zero, e nasceu um novo discurso amparado pela teoria emergente do Desenvolvimento Sustentável.

Uma década mais tarde, a persistência e o agravamento da

exploração econômica da natureza, da degradação ambiental e da marginalização social motivaram a criação, no ano de 1984, de uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. A Comissão recebeu a missão de avaliar os avanços da degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los. Após três anos o grupo de especialistas designado para este trabalho publicou sua conclusão no documento intitulado *Nosso Futuro Comum* (1988), conhecido como Relatório Brundtland (LEFF, 2001).

Nosso Futuro Comum reconhece as disparidades entre as nações e a forma como se acentuam com a crise da dívida dos países de Terceiro Mundo. Busca, entretanto, um terreno comum onde propor uma política de consenso, capaz de dissolver as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, que plasmam o campo conflitivo do desenvolvimento. Assim começou a configurar-se uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização e como condição para a sobrevivência do gênero humano, através do esforço compartilhado de todas as nações do orbe. O desenvolvimento sustentável foi definido como um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras (LEFF, 2001, p.19).

Foi neste cenário mundial que a problemática da degradação ambiental não só entrou em pauta, mas se manifestou como sintoma de uma crise de civilização, marcada pela ineficiência do modelo de modernidade amparado pelo desenvolvimento econômico e tecnológico em detrimento da complexidade do mundo que integra, também, os valores e potencialidades da natureza e as externalidades sociais (LEFF, 2001).

Em 1991, um ano antes da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

organizações empresariais, alertas para a intensificação dos debates públicos acerca da Sustentabilidade, movimentaram-se para consolidar a criação do *Business Council for Sustainable Development* – BCSO, ligado a ONU, com sede em Genebra. A consolidação desta idéia foi incentivada por Maurice Strong, importante pesquisador na área do Desenvolvimento Sustentável.

Ainda em 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O encontro reafirmava a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo, em 1972 e buscava avançar. Para isto, as nações participantes comprometeram-se a estabelecer uma nova e justa parceria global, por meio de novos níveis de cooperação, trabalhando para criação de acordos internacionais que respeitassem o interesse de todos e o sistema global, reconhecendo-se que o lar da humanidade é um só, a Terra.

Como fruto do encontro, também conhecido como Eco92, surgiu a proposta e um programa global que regulamentasse o processo de desenvolvimento, amparado pelos princípios de Sustentabilidade, a Agenda 21.

A Eco92 foi considerada um marco global no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento e teve como resultado, além da Agenda 21, o documento intitulado Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que substituiu, temporariamente, a Carta da Terra.

O Comitê de Redação da Carta da Terra trabalhou muito próximo a Comissão de Direito Ambiental da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). O documento amplia leis internacionais ambientais e de Desenvolvimento Sustentável e reflete as preocupações e aspirações das sete cúpulas das Nações Unidas realizadas nos anos 90 em torno dos

temas de meio ambiente, direitos humanos, população, crianças, mulheres, desenvolvimento social e cidades, além de reconhecer a importância da divulgação da democracia participativa e deliberativa para o desenvolvimento humano e a proteção ambiental (CARTA DA TERRA, 2009).

O texto final da Carta da Terra foi aprovado em março de 2000 no encontro da Comissão da Carta da Terra na sede da UNESCO e contém um preâmbulo, 16 princípios principais, 61 princípios de apoio e uma conclusão, sob o título “O Caminho Adiante”. A Carta da Terra encoraja todos os povos a reconhecerem uma responsabilidade compartilhada, cada um de acordo com sua situação e capacidade, pelo bem-estar de toda a família humana, da comunidade maior da vida e das futuras gerações. Reconhecendo a inter-relação dos problemas ambientais, econômicos, sociais e culturais da humanidade, a Carta da Terra apresenta um arcabouço ético inclusivo e integrado (CARTA DA TERRA, 2009).

A Agenda 21, por sua vez, é dividida em quatro seções: dimensões sociais e econômicas, conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento. As seções são divididas em 40 capítulos que abordam temáticas como: base para ação, objetivos, atividades, estimativa de custos, meios técnicos e científicos, desenvolvimento de recursos humanos e capacitação.

Segundo Oliveira (2009), após a ECO92 o discurso do Desenvolvimento Sustentável configura-se como ideologia dominante e assume um caráter genérico e global, portando um conteúdo incompleto e afastando-se cada vez mais da proposta de Crescimento Zero e das idéias da Conferência de Estocolmo.

Na opinião de Oliveira (2009, p. 78), na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento teve

como principal objetivo a ratificação da proposta neoliberal recomendada pelo governo norte-americano.

A agenda internacional já estava planejada, e faltava a cooptação universal dos países periféricos e dos próprios movimentos de questionamento. A Eco-92 foi uma atividade cênica, com movimentos de decisão coreografados, cujo cerne era informar a platéia, de maneira célebre, acerca do Desenvolvimento Sustentável. A assinatura da Agenda 21 foi o ato simbólico, o marco crucial mais contundente da efetivação deste modelo enquanto nova ordem.

Dez anos depois se constatava que os documentos assinados no Rio de Janeiro, tão celebrados, quase não ajudaram na transformação da sociedade e pouco alteraram a realidade. A forma com que os desafios ambientais foram tratados, sob a égide de um complicado sistema de instituições, programas e secretariados de Convenções das Nações Unidas mostrou-se cada vez mais frágil e ineficiente para responder as expectativas da sociedade (CLIQUE RIO+10, 2002).

Às vésperas da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), os países pobres viam-se com pouca influência sobre a governança global e marginalizados nas negociações multilaterais. Os países industrializados dominavam os debates ambientais, que eram determinados por interesses econômicos e científicos do norte, enquanto continuavam desprezadas as dimensões da equidade e justiça social na agenda do Desenvolvimento Sustentável (CLIQUE RIO+10, 2002).

No final do século XX e início do século XXI, intensificavam-se também os conflitos entre o norte e o sul e entre a sociedade civil e a indústria. Os países economicamente dominantes defendiam a globalização dirigida

pelas corporações, com base na liberalização do mercado e na privatização dos serviços públicos. O conceito de Desenvolvimento Sustentável passava a ser empregado para descrever as propostas destas lideranças, não importando quão inadequadas pudessem ser diante da crise social e ecológica vigente.

Neste cenário, em fevereiro de 1998, encontraram-se em Genebra movimentos sociais de todos os continentes, com intuito de lançar uma coordenação mundial contra o mercado globalizado, designada “Ação Global dos Povos”.

O Movimento de Ação Global dos Povos que permanece ativo até os dias atuais tem como princípios (AGP.ORG, 2009):

i. A rejeição muito clara ao capitalismo, ao imperialismo, ao feudalismo e a todo acordo comercial, instituições e governos que promovam a globalização destrutiva.

ii. A rejeição a todas as formas e sistemas de dominação e discriminação, incluindo o patriarcado, o racismo e o fundamentalismo religioso de todos os credos.

iii. Uma atitude de confronto – pois o movimento não acredita que o diálogo possa ter efeito em organizações profundamente antidemocráticas e tendenciosas, nas quais o capital transnacional é o único sujeito político real.

iv. O chamado a ação direta, a desobediência civil e o apoio às lutas dos movimentos sociais, propondo formas de resistência que maximizem o respeito à vida e os direitos dos povos oprimidos, bem como a construção de alternativas locais para o capitalismo global.

v. A filosofia organizacional baseada na descentralização e na autonomia.

Ainda como fruto do movimento iniciado em Genebra, em 1998, uma nova proposta de debate surge no cenário mundial,

incentivada pela “Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos” (ATTAC), ligada ao jornal *Le Monde Diplomatique*. Nessa nova perspectiva, sugere-se o abandono do termo antiglobalização e substituição pelo termo “altermundialista”, que tem sua origem no lema “Um outro mundo é possível”. Neste espírito, nasce a proposta de organização de um Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, em 2001.

Em novembro de 2001, ministros do comércio de 140 países se reuniram em Doha, Qatar, em um encontro que resultou na outorga da Organização Mundial do Comércio (OMC) de um novo mandato, que permitia ao Órgão arbitrar sobre a crise dos recursos naturais, sendo foro para determinar em acordos internacionais relacionados a conflitos referentes ao tema comércio e meio ambiente.

Segundo a ONG Clique Rio+10 (2002) os acordos firmados em Qatar, também denominados de acordos de Doha, outorgaram poderes a OMC para: a) aumentar o controle das corporações sobre os recursos naturais, permitindo que as decisões sobre seu uso se baseiem a cada vez mais nas demandas no curto prazo dos mercados financeiros mundiais; b) intensificar a exploração dos bosques, a agricultura e a pesca orientadas para a exploração, como também a queima de combustíveis fósseis, a mineração e a exploração de outros recursos naturais; c) eliminar mais políticas de conservação e de desenvolvimento comunitário por considerá-las barreiras injustas para o comércio; d) determinar quem se apropria dos remanescentes dos recursos naturais mundiais em grave processo de degradação; e) subordinar os acordos ambientais multilaterais (MEA, por sua sigla em inglês) aos direitos para corporações estabelecidas nas regulamentações da OMC.

Um ano a frente ocorre a realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, evento no qual os debates giraram em torno da constituição de um plano para instrumentalização de ações com objetivo de orientar políticas nacionais e mundiais em busca do Desenvolvimento Sustentável (WRM, 2002).

Quatro anos mais tarde o Brasil sediou, em 2006, a oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Úmidas (COP 8), tendo como pauta a diversidade biológica das ilhas oceânicas, as terras áridas e subúmidas; a iniciativa sobre taxonomia; o acesso à repartição de benefícios; a educação e conscientização pública; a implementação dos direitos das populações tradicionais; o progresso na aplicação do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o monitoramento rumo ao objetivo de 2010 e o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio da CDB (SESI, 2008a).

Paralelamente a COP 8, foi realizado o *Meeting of Parties* (MOP 3), reunião dos países membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, no âmbito da CDB. O encontro procurou estabelecer consenso sobre cultivo e comercialização de produtos orgânicos modificados pela biotecnologia, e o modo a garantir segurança ambiental e familiar (SESI, 2008a).

Desde a Rio+10 inúmeros eventos focados na temática da sustentabilidade foram realizados, conduzidos por organizações públicas, privadas e ONGs de todo o mundo com interesses distintos. Nota-se que o termo Sustentabilidade tornou-se usual em diversos universos, que vão desde campanhas publicitárias para promoção de marcas até sua veiculação como assunto de séries inteiras de TV. Mas sem dúvida, as organizações empresariais têm liderado esta corrida e são

referência na apropriação deste conceito (Sustentabilidade).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A escolha das cinco organizações cujos discursos de Sustentabilidade são analisados deve-se pelo reconhecimento social de suas práticas sustentáveis. Os dados analisados foram coletados dos últimos relatórios de Sustentabilidade publicados pelas instituições, e, portanto, de domínio público. A identidade das organizações será preservada.

Os relatórios serão estudados e as informações reorganizadas em um quadro de análise intitulado “Modelo de análise dos relatórios de Sustentabilidade” que permitirá a sistematização dos dados. Esse quadro leva em conta os fundamentos da teoria da racionalidade ambiental (LEFF, 2006) adaptados: a) preservação dos recursos naturais; prevenção de catástrofes; b) autogestão dos Recursos Ambientais (a partir dos diferentes valores culturais); c) abertura para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável fundados nas condições culturais de cada localidade; d) direito aos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades; direito dos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades; e) eliminação da pobreza e da miséria absoluta; distribuição (descentralização) da riqueza e do poder; f) fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e autodeterminação tecnológica dos povos. O objetivo é identificar as práticas desenvolvidas pelas organizações com foco nos fundamentos da racionalidade ambiental.

No sentido de clarear a abrangência atribuída aos fundamentos compilados para este estudo e sua relação com as práticas

organizacionais, os temas podem ser entendidos da seguinte forma:

a) Preservação dos Recursos Naturais – compreende todas as práticas relacionadas à temática ambiental, especialmente as focadas na manutenção e uso responsável dos recursos naturais nos processos de produção.

b) Prevenção das catástrofes – diz respeito a todas as práticas de caráter prospectivo, desenvolvidas com visão de médio e longo prazo, que buscam programar soluções antecipatórias a possíveis impactos ambientais previstos como reflexo dos processos de produção ou consequentes das mudanças climáticas.

c) Autogestão dos recursos ambientais – inclui todas as práticas de envolvimento comunitário que visam empoderar as comunidades para que sejam capazes de gerir os recursos ambientais presentes e seus ecossistemas. São exemplos desta temática as ações de desenvolvimento de lideranças locais, os projetos de educação popular e libertária, e os programas de desenvolvimento local Sustentável.

d) Abertura para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável fundados nas condições culturais de cada localidade – em sinergia com o tema anterior, engloba práticas voltadas ao desenvolvimento local sustentável, que pressupõe estudos de potencialidades e vocações locais. São exemplos deste tema as práticas voltadas à valorização da cultura local e as ações fundamentadas em estratégias de planejamento participativo.

e) Direito aos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades - englobam práticas voltadas à educação em seu sentido amplo, que possibilitem às comunidades alavancar novos processos de desenvolvimento local

que respeitem a cultura de cada região.

f) Eliminação da pobreza e da miséria – este tema pode abordar os programas sociais desenvolvidos pelas organizações, mas tem seu foco central em práticas de maior alcance, especialmente relacionadas à proposição de políticas públicas e ao monitoramento de políticas governamentais, sempre em busca do fomento de ações que melhorem a qualidade de vida das pessoas.

g) Distribuição (descentralização) da riqueza e do poder – diz respeito à proposição de práticas concretas de distribuição de riqueza e poder pelas empresas. Contempla desde ações internas focadas na igualdade de gênero e raça, até a diminuição das margens de lucro obtidas pelos acionistas, em prol de um maior reconhecimento do valor da força de trabalho, o que inclui projetos de participação nos lucros, valorização profissional e aumento de salário.

h) Fortalecimento das capacidades de autogestão das comunidades e a autodeterminação tecnológica dos povos – sintetiza grande parte da proposta teórica da racionalidade ambiental. Tem como foco prioritário gerar autonomia no desenvolvimento das comunidades. Significa empoderar os povos de capacidades que lhes permitam deliberar, definir e gerir seu próprio desenvolvimento, incluindo nesse processo o acesso às tecnologias consideradas chave para este desenvolvimento. Compreende práticas com vistas a diminuir a dependência das comunidades de indústrias e empresas de grande e médio porte para alavancar o desenvolvimento local.

Como forma de facilitar a visualização gráfica dos resultados da pesquisa, uma coluna colorida será inserida nos quadros de análise, localizada à direita dos números indicativos das práticas desenvolvidas pela organização, com

foco nos fundamentos da racionalidade ambiental. Para categorizar a definição das cores, utilizar-se-á como critério: a cor vermelha indicando a ausência de projetos e programas para aquele fundamento, a cor amarela para a presença de 1 a 3 projetos e programas e a cor verde para indicação da existência de 4 projetos ou mais em determinado foco. Desta maneira, pretende-se facilitar a compreensão do nível de sinergia entre os projetos e programas desenvolvidos pelas organizações e os princípios da racionalidade ambiental propostos por Leff (2006).

ANÁLISES DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Para início das análises, serão apresentados os dados coletados a partir do relatório de Sustentabilidade de uma empresa do setor de energia elétrica, entidade de direito público internacional, com cerca de 1.500 funcionários. O documento analisado foi publicado no ano de 2006.

O primeiro relatório analisado diz respeito a uma empresa de energia elétrica. Nesse relatório não está explícito o conceito de Sustentabilidade adotado pela empresa. Apresenta-se o documento como “uma versão humanizada de suas relações”, resultante de um processo que proporciona uma visão ampla da organização e de seu capital humano.

No material apresentado, a empresa declara que “acredita que a construção de uma sociedade mais justa e autossustentável só é possível com o comprometimento de todos com o desenvolvimento econômico, social e ambiental”.

A empresa cita a Carta da Terra, o Protocolo de Kyoto e os Objetivos de Milênio como as bases teóricas para suas práticas de Sustentabilidade.

Declara ainda que “tanto quanto a excelência econômica e tecnológica a busca pela eficiência e eficácia social fazem parte de seu negócio”, assim como, que a responsabilidade socioambiental faz parte da gestão do seu negócio e está alinhada com os princípios de desenvolvimento sustentável da empresa, sem, contudo explicitar estes conceitos. A análise segue detalhada no Tabela 1.

A segunda empresa cujo documento foi analisado pertence ao setor financeiro e publicou seu último relatório no ano de 2007 (Tabela 2). É uma grande organização transnacional que atua em 83 países e possui cerca de 300 mil funcionários.

Assim como no primeiro caso, a empresa também não explicita o conceito de Sustentabilidade que norteia suas ações. Apenas declara que, sob sua ótica, “o sucesso empresarial e o desenvolvimento sustentável estão estreitamente relacionados e atuam como conceitos interdependentes”.

Segundo o relatório, os elementos teóricos que fundamentam a prática da organização são: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Global das Nações Unidas, o Princípio Global Sullivan – que tratam de temáticas de igualdade de oportunidades – e a Declaração de Princípios e Valores e o Código de Conduta da própria empresa.

A empresa entende que “somente se for bem-sucedida a empresa poderá oferecer produtos e serviços confiáveis aos clientes, remunerar adequadamente os acionistas, aportar – por meio do pagamento de impostos – recursos para o financiamento de serviços públicos, gerar empregos e investir diretamente em projetos socioambientais”.

Em outra parte do documento fica exposto que “para apoiar a consolidação de um sistema econômico de baixa emissão de carbono representa, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma

oportunidade de mercado, com a formatação de novas linhas de crédito que garantam a implantação de negócios sustentáveis, especialmente no setor de energia”.

A empresa apresenta em seu relatório uma série de projetos focados em seu público interno e fornecedores. A maioria destes projetos não foi considerada no quadro de análise por sua incompatibilidade com a proposta dos fundamentos da racionalidade ambiental. Algumas das práticas desconsideradas são listadas a seguir: a) Decisões colegiadas; b) Planejamento estratégico; c) Geração e distribuição de riqueza; d) Atuação pautada pelo respeito; e) a empresa proporciona aos colaboradores um ambiente de trabalho seguro; f) a empresa tem um compromisso com a verdade; g) Atendimento e comunicação; h) Mercado na base da pirâmide; e g) Programa de crédito popular. Para a empresa, esta é uma forma de “dar cidadania as pessoas”.

A terceira empresa analisada desenvolve atividades no ramo de cosméticos, possui cerca de 80 mil colaboradores e publicou seu último relatório em 2007 (Tabela 3).

A empresa não torna explícito no relatório o conceito de Sustentabilidade adotado. Declara entender a organização como “um organismo vivo, e um dinâmico conjunto de relações, cujo valor e longevidade estão ligados à capacidade de contribuir para a evolução da sociedade e seu desenvolvimento sustentável”.

O material também apresenta que é intenção da empresa “crescer reforçando seus compromissos com o desenvolvimento sustentável e com modelos de negócio que não apenas geram, mas compartilham com a sociedade resultados sociais, econômicos e ambientais”.

Para esta empresa “cidadania global significa agir como organização protagonista na busca da sustentabilidade e de um futuro melhor para todos”.

Não há apontamentos de possíveis bases teóricas que subsidiaram a organização nas definições de conceitos e na proposição de práticas alinhadas a temática da Sustentabilidade.

A quarta empresa analisada pertence ao segmento de gás e energia e publicou seu último relatório de sustentabilidade no ano de 2007 (Tabela 4).

A empresa expõe no documento que “segue fundada em três fatores de Sustentabilidade de sua estratégia corporativa: crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental”.

A empresa declara que busca alinhar suas atividades e iniciativas aos dez princípios do Pacto Global da ONU.

A organização não explicita seu conceito de Sustentabilidade,

porém coloca seu conceito de responsabilidade social como sendo: “a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e da sua relação com todas as partes interessadas, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social”.

Dentro de sua política de responsabilidade social, divulgada no relatório, a empresa propõe: “conduzir os negócios e as atividades da organização com responsabilidade social, implantando seus compromissos de acordo com os princípios do Pacto Global da ONU e contribuindo para o desenvolvimento sustentável”.

A quinta empresa analisada pertence ao setor de móveis e madeira, possui hoje cerca de 3 400 colaboradores e seu último relatório foi publicado em 2003 (Tabela 5).

A empresa declara que seu relatório foi produzido com o propósito de tornar público os parâmetros filosóficos que regem suas atividades, bem como seus resultados econômicos, ambientais e sociais. Segundo exposto, o relatório é também uma prova do entusiasmo e da profundidade com que os colaboradores adotaram os princípios do desenvolvimento sustentável como sua estratégia empresarial. Mas não há, em nenhum momento, a explicitação destes princípios.

A empresa utiliza como base para suas práticas o Pacto Global da ONU.

Tabela 1 – Análise do relatório da empresa de energia elétrica

FUNDAMENTOS DA RACIONALIDADE	PRÁTICAS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	DETALHAMENTO
Preservação dos recursos Naturais	5	Norma NBR ISO 14001 Ciclo PDCA (planejamento, execução, verificação, análise crítica e revisão) Desenvolvimento de software livre para gestão da informação territorial (investiga, organiza, referencia e fornece informações ambientais) Banco genético de animais silvestres Estímulo à produção de energia de biomassa
Prevenção de catástrofes	zero	
Autogestão dos recursos ambientais (a partir dos diferentes valores culturais)	2	Criação de conselhos comunitários para definição de ações prioritárias a serem implantadas em cada programa Adoção de modelos de gestão compartilhada para programas desenvolvidos com parcerias – foco na efetividade e “sustentabilidade” (no sentido de permanência) das ações
Abertura para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável fundados nas condições culturais de cada localidade	3	Apoio a agricultores orgânicos (organização de cooperativas, assistência técnica, apoio a comercialização, investimento em pesquisa, incentivo às certificações de qualidade) Apoio a agricultura familiar (diversificação do negócio, produção de mel como renda alternativa, turismo rural, aquicultura) Valorização da cultura indígena e apoio ao desenvolvimento econômico das comunidades (produção de leite, agricultura orgânica)

Direito aos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades	4		Programa de educação ambiental Formação de educadores ambientais Programas de saúde Cursos de empreendedorismo
Eliminação da pobreza e da miséria absoluta	3		Contribuição na formação de associações de catadores de lixo (formação de lideranças, articulação com poder público, ações de inclusão social) Apoio a agricultores orgânicos Apoio a agricultura familiar
Distribuição (descentralização) da riqueza e do poder	1		Inclusão eqüitativa de mulheres e homens nos processos de participação social e processos decisórios (na esfera da organização e na esfera pública)
Fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e autodeterminação tecnológica dos povos	1		Programa de facilitação de acesso ao setor tecnológico para pequenas empresas e empreendedores

Tabela 2 – Análise do relatório da empresa do setor financeiro

FUNDAMENTOS DA RACIONALIDADE	PRÁTICAS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	DETALHAMENTO
Preservação dos recursos Naturais	5	A organização adota os Princípios do Equador (um conjunto de critérios que a orientam na avaliação dos impactos socioambientais decorrentes de suas atividades) Produtos ambientais, sociais e sustentáveis – vinculados a conservação de áreas de mata nativa e preservação de florestas Preservação de fontes de água doce Redução de emissões de gases do efeito estufa Pesquisa sobre biodiversidade em florestas
Prevenção de catástrofes	zero	
Autogestão dos recursos ambientais (a partir dos diferentes valores culturais)	zero	
Abertura para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável fundados nas condições culturais de cada localidade	zero	
Direito aos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades	2	Saúde, segurança e qualidade de vida – apoio a colaboradores e familiares com problemas de saúde física e mental; programa nutricional; melhoria no ambiente de trabalho, redução das horas extras Programa de inclusão de pessoas com deficiência
Eliminação da pobreza e da miséria absoluta	zero	
Distribuição (descentralização) da riqueza e do poder	3	Programa que busca ampliar o acesso das mulheres a posições de liderança

			<p>Programa de valorização da diversidade – contratação de estagiários selecionados entre um público estigmatizado (negros, pessoas com deficiência, estudantes com mais de 26 anos cursando a primeira faculdade)</p> <p>Produtos ambientais, sociais e sustentáveis – vinculados ao investimento em projetos ambientais, desenvolvidos por ONGs em todo país</p>
Fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e autodeterminação tecnológica dos povos	1		Programa de formação de jovens para o desenvolvimento de softwares e manutenção de portais eletrônicos

Tabela 3 – Análise do relatório da empresa de cosméticos

FUNDAMENTOS DA RACIONALIDADE	PRÁTICAS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	DETALHAMENTO
Preservação dos recursos Naturais	6	<p>Redução das emissões de gases causadores do efeito estufa</p> <p>Uso sustentável da biodiversidade</p> <p>Estímulo ao consumo consciente – embalagens com “tabela ambiental” que informa a origem e destino dos materiais utilizados pela empresa em seus processos de produção</p> <p>Eliminação de testes em animais</p> <p>Cultivo e manejo florestal sustentável</p> <p>Projetos de reconstituição de matas nativas</p>
Prevenção de catástrofes	zero	
Autogestão dos recursos ambientais (a partir dos diferentes valores culturais)	1	Incorporação de grupos de agricultores familiares e comunidades tradicionais na cadeia de negócio
Abertura para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável fundados nas condições culturais de cada localidade	3	<p>Programa de relacionamento com as comunidades – ações para o desenvolvimento de potenciais locais, adequadas às necessidades de cada grupo</p> <p>Programa de desenvolvimento de fornecedores – apoio a capacitação de empresas locais</p> <p>Implantação de Agendas 21 nas comunidades</p>
Direito aos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades	3	<p>Programa de formação de líderes – dimensão social, individual e de negócio</p> <p>Formação continuada de profissionais da educação, atuantes na rede pública de ensino</p> <p>Distribuição de acervos de livros para as escolas</p>
Eliminação da pobreza e da miséria absoluta	1	Fortalecimento da qualidade das relações locais – capacitação de cadeias complexas de extrativismo, a fim de avançar na direção de um modelo de negócio sustentável
Distribuição (descentralização) da riqueza e do poder	2	<p>Fortalecimento da qualidade das relações locais – capacitação de cadeias complexas de extrativismo, a fim de avançar na direção de um modelo de negócio sustentável</p> <p>Programa de desenvolvimento de fornecedores – apoio a capacitação de empresas locais</p>
Fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e	3	Programas de desenvolvimento local – formação de lideranças da sociedade civil e poder público para que

autodeterminação tecnológica dos povos			possam atuar como agentes de soluções para o futuro Fortalecimento da qualidade das relações locais – capacitação de cadeias complexas de extrativismo, a fim de avançar na direção de um modelo de negócio sustentável Programas de fortalecimento de organizações da sociedade civil e desenvolvimento sustentável
--	--	--	--

Tabela 4 – Análise do relatório da empresa de gás e energia

FUNDAMENTOS DA RACIONALIDADE	PRÁTICAS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	DETALHAMENTO
Preservação dos recursos Naturais	4	Projeto de energia renovável e biocombustíveis Redução de emissão de gases Uso adequado de recursos hídricos Gestão de potenciais impactos da atividade industrial à biodiversidade
Prevenção de catástrofes	1	Programa de mitigação das mudanças climáticas –com foco no desenvolvimento de tecnologias que permitam atenuar a influência das atividades da empresa nas mudanças climáticas globais
Autogestão dos recursos ambientais (a partir dos diferentes valores culturais)	1	Criação de um centro de excelência ambiental na Amazônia – proposta de integrar diversas redes socioambientais que já atuam na região
Abertura para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável fundados nas condições culturais de cada localidade	zero	
Direito aos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades	3	Concepção de uma escola de educação profissional de nível técnico - busca o desenvolvimento integral do profissional para as necessidades e complexidade do trabalho Bolsas-auxílio e cursos gratuitos de nível básico ao superior Apoio a projetos culturais – cinema, música, artes plásticas
Eliminação da pobreza e da miséria absoluta	zero	
Distribuição (descentralização) da riqueza e do poder	2	Programa de participação nos lucros Programa de desenvolvimento e cidadania – gênero, igualdade racial, inclusão de pessoas com deficiência e comunidades tradicionais na cadeia de negócio
Fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e autodeterminação tecnológica dos povos	zero	

Tabela 5 – Análise do relatório da empresa de móveis e madeira

FUNDAMENTOS DA RACIONALIDADE	PRÁTICAS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	DETALHAMENTO
Preservação dos recursos Naturais	6	Controle dos impactos ambientais causados pela atividade da empresa Utilização de energia renovável nos processos produtivos Redução do consumo de água Investimento na eco-eficiência dos produtos Conservação da biodiversidade ISO 14001, ISO 9000, OHSAS 18001
Prevenção de catástrofes	Zero	
Autogestão dos recursos ambientais (a partir dos diferentes valores culturais)	Zero	
Abertura para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável fundados nas condições culturais de cada localidade	1	Aproximação com as comunidades – conhecer as inquietudes e necessidades e promover soluções por meio da atuação de lideranças locais
Direito aos seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades	1	Capacitação técnica dos funcionários
Eliminação da pobreza e da miséria absoluta	Zero	
Distribuição (descentralização) da riqueza e do poder	1	Remuneração – salário mínimo que supera as exigências legais
Fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e autodeterminação tecnológica dos povos	zero	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado da pesquisa observou-se que nenhuma das empresas analisadas explicita em seu relatório o conceito de Sustentabilidade que embasa suas práticas. Muitas vezes as palavras Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são utilizadas, porém, seu conteúdo não é detalhado. Neste sentido, uma das empresas faz referência ao alinhamento da gestão de seu negócio com os princípios de Desenvolvimento Sustentável, sem, contudo, apresentar estes princípios.

Pela análise dos documentos percebe-se que a maioria das organizações apoia suas práticas nos pressupostos do Pacto Global (ONU), sendo também citados os documentos: Carta da Terra, Protocolo de Kyoto, Declaração dos Direitos Humanos e Princípio Global Sullivan. Não há em nenhum dos materiais qualquer referência aos teóricos da linha da Sustentabilidade ou a qualquer base científica que tenha sido utilizada para compor os discursos ou basear as ações.

Neste sentido, analisa-se a ausência de alinhamento dos relatórios de Sustentabilidade

analisados a um dos princípios da Racionalidade Ambiental colocados por Enrique Leff, que determina a importância da elaboração de um pensamento complexo que permita articular os diferentes processos que constituem a complexidade ambiental, compreender as sinergias dos processos socioambientais e sustentar um manejo integrado da natureza (LEFF, 2006, p.257).

Vislumbra-se neste sentido uma carência de racionalidade teórica nos discursos que sustentam as práticas das organizações analisadas, sendo que este tipo

de racionalidade (teórica) é apontado por Leff (2006) como fundamental na construção dos conceitos base para os valores da racionalidade subjetiva; esta última responsável por normatizar os comportamentos sociais e orientar ações para a construção de uma nova racionalidade social (sustentável).

São recorrentes nos textos analisados as citações que fazem referência ao *Triple Bottom Line*, termo que designa os P's de Pessoas, Planeta e Proveitos. Este conceito relaciona-se a idéia de que a performance de uma organização deve ser medida baseando-se na sua contribuição para a prosperidade econômica, qualidade ambiental e capital social. O termo foi utilizado pela primeira vez em um relatório social publicado pela companhia Shell (SDC, 2009).

Ao analisar os quadros de sistematização das práticas de Sustentabilidade *versus* os temas dos fundamentos da racionalidade ambiental foi possível visualizar que a maioria das ações desenvolvidas pelas organizações tem foco na preservação dos recursos naturais. Neste contexto, subentende-se que a opção pelo foco nos programas ambientais seja facilitada pela convergência do tema a uma racionalidade cartesiana e uma visão mecanicista. Em geral, as propostas desenvolvidas para preservação ambiental, minimização de impactos, redução de consumo e reaproveitamento de materiais, entre outros, não exigem mais que uma adequação de processos criada por profissionais inseridos no próprio sistema. Neste aspecto, não há necessidade de mudanças profundas ou quebra de paradigmas, e sim, apenas adaptações.

Nesta perspectiva, entende-se que há uma valorização por parte das

organizações da racionalidade técnica ou instrumental, definida por Leff (2006) como produtora dos vínculos funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do Desenvolvimento Sustentável. Contudo, se a racionalidade teórica tem suas bases enfraquecidas, como colocado anteriormente, existe um alto grau de probabilidade dos objetivos sociais serem pouco claros, e fundamentados sob valores também enfraquecidos, sujeitos às constantes mudanças.

Por outro lado, visualiza-se que o tema menos contemplado com práticas Sustentáveis propostas pelas organizações foi a prevenção de catástrofes (1 ocorrência).

Imagina-se que para as empresas, assim como para as pessoas, a abordagem pessimista de muitos cientistas ambientais não seja atrativa, assim como adotar uma postura de prevenção não é prática no Brasil. Entende-se que existe um grande limitador cultural no país que diz respeito ao hábito do pensamento prospectivo, e muito menos habitual, o pensamento prospectivo de prevenção de riscos. Tratar de prevenção de catástrofes ambientais significa assumir que elas estão às portas do século XXI, aumentando gradativamente seu alcance e sua intensidade e, talvez, esse seja um dos grandes tabus contemporâneos.

Em seguida, no ranking dos temas menos contemplados com práticas Sustentáveis estão: o fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades e autodeterminação tecnológica dos povos (3 ocorrências), autogestão dos recursos naturais (4) e eliminação da pobreza e da miséria absoluta (4). Todas essas temáticas são convergentes quando pressupõem uma drástica mudança nos modelos de produção e desenvolvimento. Em

primeiro lugar porque tratá-las exige a adoção de uma postura altruísta, de empoderamento e emancipação. Em segundo lugar porque demandam um esforço de reorganização política e redistribuição de poder e, por conseguinte, porque subentendem a extinção das relações de dependência que se estabeleceram entre comunidades e grandes indústrias, as quais se atribuem hoje a capacidade motora do desenvolvimento.

Com isto, novamente fica perceptível a distância entre as propostas de Sustentabilidade declaradas pelas organizações analisadas e a teoria da Racionalidade Ambiental proposta por Leff (2006). Um dos mais importantes princípios propostos pelo autor, para uma efetiva mudança de racionalidade – a abertura da globalização econômica para uma diversidade de estilos de desenvolvimento sustentável, fundados nas condições ecológicas e culturais de cada região e de cada localidade – está realmente longe de ser tratado pelas empresas aqui avaliadas.

Uma leitura mais detalhada dos relatórios permite perceber que os discursos ali contidos estão mais alinhados à proposição de um conjunto de políticas capazes de proporcionar um processo de racionalização e gerenciamento dos ecossistemas, que propriamente fomentar uma nova possibilidade de organização dos modos de produção e de estruturação social. Fica claro em alguns trechos dos documentos o propósito das organizações, de aumentarem a capacidade de rendimento dos modelos industriais, como no exemplo: [...] somente se for bem-sucedida a empresa poderá oferecer produtos e serviços confiáveis a seus clientes [...], e para isto, necessita investir em ações socioambientais que lhe dêem

garantia da continuidade de recursos naturais e condições sociais estáveis.

A todo o momento é possível observar que a lógica da racionalidade econômica ainda predomina nos discursos das organizações, a exemplo de declarações como: [...] tanto quanto a excelência econômica e tecnológica, a busca pela eficiência e a eficácia social fazem parte de seu negócio. Nesta expressão, a empresa utiliza conceitos construídos sob a lógica de mercado, transferindo-os para o universo social.

Entretanto, em nenhum momento há um detalhamento do que se entende por eficácia e eficiência social, ao contrário, o que se verifica é a apropriação de conceitos de um universo restrito, dos negócios, e sua generalização, ao incorporá-los ao universo social. Esta apropriação contribui para o esvaziamento das práticas socioambientais, para as quais se propõem soluções baseadas em uma racionalidade limitada e objetiva, enquanto sua configuração exigiria uma reflexão em bases muito mais complexas.

Os discursos que defendem a preocupação primeira com os lucros e a geração de valor aos acionistas são uma constante no mundo dos negócios. Mesmo afirmando que “a responsabilidade socioambiental faz parte da estratégia de negócios e está incorporada a todas as práticas da organização”, vivenciam-se neste momento de crise os cortes drásticos de recursos destinados a projetos sociais e ambientais desenvolvidos pelas organizações.

Na lógica da racionalidade ambiental, o conceito de Sustentabilidade relaciona-se muito mais aos processos participativos de construção do futuro, no qual as

instituições políticas e a sociedade civil exercem seu papel e veem seus limites e potencialidades respeitados, do que ao discurso vazio da cidadania e da melhoria da qualidade de vida garantidos por meio do Estado e por intermédio das grandes corporações.

Ao analisar o discurso contido nos relatórios faz-se a pergunta: onde está a alavanca para a grande mudança de paradigma anunciada pelas empresas por via da Sustentabilidade?

Sem uma reforma nas bases do modelo civilizatório as práticas desenvolvidas pelas empresas em prol da Sustentabilidade serão insuficientes. Para alcançar uma nova racionalidade, guiada pela lógica ambiental, complexa e sistêmica, as comunidades terão que se reapropriar de seus patrimônios, de seus recursos naturais e culturais e, a partir deles, definir novos estilos de vida em um cenário de diversidade, soberania nacional e autonomia local.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. G. et al.

Sustentabilidade Empresarial: Conceitos e Indicadores. In:

Convibra. Congresso Brasileiro Virtual de Administração, 2006.

BENETTI, A. **Avaliação do índice de desenvolvimento sustentável (IDS) do município de Lages/SC através do método do painel de sustentabilidade**. Florianópolis: UFSC, 2006.

CARTA DA TERRA. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/history2.html>> Acesso em: 19 de jan. 2009.

CEBDS – Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Uma década construindo a

sobrevivência. São Paulo: CEBDS, 2007.

CLIQUE RIO+ 10. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riom.php.37.html>> Acesso em: 20 de jan. 2009

COSTA, M. A. N. **Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial**. Publicações On-line do CES, Oficinas do CES, n. 230. Coimbra: CES,

GIFE. Grupo de instituições Fundações e Empresas. Disponível em: <http://www.gife.org.br/> Acesso em 02 de março de 2009.

HIRSH, T. **O Fim da Pré-História: um caminho para a liberdade**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. MATTAR, H. **Os Novos Desafios da Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: ETHOS, 2001.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Sobre o Instituto Ethos. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em: 07 nov. 2008.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

LEIS, H. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. São Paulo: Vozes, 1999.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASI, D. **A sociedade pós-industrial.** São Paulo: SENAC, 1999.

OLIVEIRA, L. D. **A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo:** um estudo sobre a economia política da crise ambiental. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/t3/sessao2/Leandro_Oliveira.pdf> Acesso em 14 de jan. 2009.

ROCHA, E. **Responsabilidade Social Empresarial no Brasil.** Disponível em: <<http://pessoal.pb.cefetpr.br/eventocientifico/revista/artigos/0606013.pdf>> Acesso em: 05 de março 2009.

SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Nacional. O Sesi, o trabalhador e a indústria: um resgate histórico. Brasília: Sesi/DN, 2008a.

_____. **Tendências em Responsabilidade Social. Brasília:** Sesi/DN, 2008b.

SILVA, C. A. P. **Sustentabilidade e Transição paradigmática.** Disponível em: <<http://www.uesb.br/recom/artigos/Sustentabilidade%20e%20transi%C3%A7%C3%A3o%20paradigm%C3%A1tica.pdf>> Acesso em: 12 de jan. 2009.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WRM – Movimento Mundial por los bosques tropicales. N61. 2002 – A Cúpula de Johannesburgo. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/boletim/61/3.html#OMC> Acesso em: 20 de jan. 2009.

Recebido em: fev/2012
Aprovado em: mar/2013